

# Prescrições de gênero via autoajuda científica: manual para usar a natureza?<sup>1</sup>

FABÍOLA ROHDEN

## I.

O privilégio em definir “cientificamente” o que é a natureza ou da natureza pode ter consequências graves, como assistimos em vários processos sociais, especialmente no último século. A ciência moderna tem sido profícua em criar formas de compreensão e intervenção associadas a complexas relações políticas e profundamente enraizadas na disputa acerca das supostas diferenças entre o mundo natural e o mundo social. A principal delas talvez seja, precisamente, a crença ou não nas possibilidades de sua transformação ou o questionamento do seu próprio estatuto.

Dependendo do domínio mais preciso sobre o qual este embate incide, certas recorrências parecem ainda mais marcantes. Sugiro que um dos terrenos especialmente relevantes para observar a expressão dessas “reincidências” é a produção das diferenças de gênero, traduzidas em termos de diferenças radicais entre os sexos, via o embasamento em uma concepção de biologia

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na III Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, realizada em Brasília em 2011. Agradeço os/as colegas presentes e também os/as integrantes do projeto *Gênero, sexualidade e envelhecimento na promoção de novos diagnósticos médicos* (apoiado pelo CNPq), especialmente Miguel Herrera, pelas contribuições. Agradeço também os comentários de Cláudia Fonseca.

e de natureza vistas como cristalizadas. Pretendo argumentar que, longe de isso representar apenas uma constatação abstrata e difusa, é responsável por sustentar concepções correntes que se expressam nas teorias explicativas e nas tecnologias de intervenção que produzimos e consumimos quotidianamente.

De forma particular, isso se traduz na produção de um campo de discursos em que ciência, jornalismo, divulgação e literatura de autoajuda parecem se justapor. Mesmo sendo ainda bastante fluido e difícil de delimitar, é possível sugerir que tal campo tem se tornado cada vez mais expressivo.

Esse olhar crítico para a produção da ciência e da tecnologia como processos eminentemente associados a relações de poder e compromissos éticos é resultado de uma série de esforços e debates representados por vertentes distintas. Este artigo segue a linha investigativa que privilegia o enredamento entre o conhecimento científico e a produção de categorias e experiências associadas à vida quotidiana. Compartilha o desafio sintetizado por Claudia Fonseca e Guilherme Sá (2011:7) de “entender, entre outras coisas, como as pessoas forjam maneiras de agir, nomear e vir a conhecer um mundo em que os objetos ‘híbridos’ da ciência e da tecnologia ocupam uma centralidade cada vez maior”. Nesse sentido, o que propõe é focalizar certo objeto, a partir de um dado ângulo, entre vários pontos e redes possíveis. A perspectiva em cena parte da noção de co-produção, entendida no sentido proposto por Sheila Jasanoﬀ (2004). De acordo com esta autora, os modos através dos quais tomamos conhecimento do mundo e criamos suas representações são profundamente associados às nossas escolhas éticas ou às maneiras pelas quais escolhemos viver neste mundo. O conhecimento científico e a tecnologia são produtos sociais e estabelecem práticas, identidades, normas, convenções, discursos, instrumentos, instituições. A co-produção seria um idioma por meio do qual se poderia interpretar os fenômenos contemporâneos, rompendo com a ideologia realista que separa os domínios da natureza dos domínios da cultura e da subjetividade.

## II.

Como exemplo, entre tantos, que permite ilustrar este processo de co-produção no qual gênero e ciência se articulam de forma privilegiada, vou utilizar o livro “Como as mulheres pensam” da Dra. Louann Brizendine (2006), editora Campus.<sup>2</sup> Publicado originalmente nos Estados Unidos com o título *The*

<sup>2</sup> A editora Campus Elsevier, que integra o importante grupo Elsevier, concentra suas publicações nas áreas de administração, negócios, redes (informática), autoajuda e espiritualidade, *marketing* e

*Female Brain* (2006), é considerado um *best-seller* e já no seu primeiro ano foi traduzido para 18 idiomas. Brizendine é neuropsiquiatra, com formação nas universidades norte-americanas mais prestigiosas, e professora do departamento de psiquiatria da Universidade da Califórnia (São Francisco). Tem se dedicado a pesquisas em torno dos hormônios e comportamento feminino. Em 1994 fundou a *Women's Mood and Hormone Clinic*, destinada a avaliar e tratar, principalmente via reposição hormonal, mulheres de todas as idades com distúrbios de humor, ansiedade e disfunção sexual. Em 2010 publicaria também *The Male Brain* (Morgan Road/Broadway Books).

A sinopse apresentada na “orelha” do livro afirma que a autora faz um trabalho pioneiro ao analisar as “últimas descobertas” para mostrar como a estrutura singular do cérebro feminino determina a maneira como as mulheres pensam, o que valorizam, como se comunicam e quem amam.<sup>3</sup> Entre outras coisas, Brizendine revelaria as explicações neurológicas para fatos como: uma mulher usar cerca de 20 mil palavras por dia enquanto um homem recorre a cerca de sete mil; uma mulher lembrar-se de brigas que o homem insiste não terem acontecido; uma adolescente ser obcecada pela aparência e por falar ao telefone; os pensamentos sobre sexo passarem pelo cérebro feminino uma vez a cada dois dias, mas pelo cérebro masculino cerca de uma vez a cada minuto; uma mulher saber o que as pessoas estão sentindo, enquanto um homem não consegue identificar uma emoção a menos que alguém chore ou o ameace fisicamente; uma mulher de mais de 50 anos ter mais chances de pedir o divórcio do que um homem. Além disso, ressalta que as mulheres concluirão a leitura do livro sabendo que possuem “uma extraordinária máquina de comunicação”, enquanto os homens vão desenvolver um “caso sério de inveja cerebral”.

A autora apresenta, nos agradecimentos, parte da sua trajetória acadêmica e profissional médica, citando o nome de vários pesquisadores e escritores muito conhecidos. E dá um destaque especial para sua editora, Amy Hertz (da Morgan Road Books) como a “pessoa que visualizou e direcionou este projeto, sempre impondo altos padrões de qualidade e solicitando revisões

---

uma linha especializada em diversos assuntos “para iniciantes”. Entre os títulos da editora estão: *Seu Cérebro Milagroso* (Jean Carper), *A Revolução Antienvelhecimento. Um programa radical de rejuvenescimento* (Timothy Smith), *A Vitalidade Sexual do Homem. Uma Abordagem Natural* (Michael T. Murray) e *A Pré-História do Sexo. Quatro Milhões de Anos de Cultura Sexual* (Timothy Taylor).

<sup>3</sup> Sobre as neurociências e a criação do chamado “sujeito cerebral”, ver Vidal (2005), Ehrenberg (2009), Ortega e Zorzanelli (2010). Quanto à recorrência da imagem do cérebro na mídia e na cultura popular, dentro de um contexto de análise mais geral sobre a história da visualização médica do corpo, ver Ortega (2008).

para **criar uma narrativa em que a ciência pôde ganhar vida**” (Brizendine, 2006:X. Grifos meus).

Logo após o sumário é apresentado um esquema gráfico do cérebro feminino e uma breve descrição das suas diversas partes e funções de forma bastante simplista. Por exemplo, o córtex pré-frontal é descrito como “a rainha que governa as emoções e as mantém sob controle” (Brizendine, 2006:XIII). Já o hipocampo é: “O elefante que nunca esquece uma briga, um encontro romântico ou um momento de afeto – e também nunca vai permitir com que você esqueça” (Brizendine, 2006:XIII). Esses dois segmentos são maiores e mais ativos nas mulheres. Na sequência são introduzidas “as personagens do elenco neuro-hormonal”, separadas em duas categorias: hormônios conhecidos pelos médicos e aqueles que “o seu médico pode não conhecer”. Entre os primeiros, destacam-se:

**Estrogênio** – a rainha: poderosa, controladora, demanda muita energia; por vezes, só pensa em negócios, por vezes, é uma agressiva sedutora; amiga da dopamina, da serotonina, da oxitocina, da acetilcolina e da norepinefrina (as substâncias centrais do bem-estar).

**Progesterona** – personagem secundária, mas uma irmã poderosa do estrogênio; aparece intermitentemente e ora atua como uma nuvem de chuva que afeta os efeitos do estrogênio, ora como um agente suavizante; mãe da alopregnanolona (o Valium do cérebro, ou a pílula da calma).

**Testosterona** – rápido, assertivo, focado, energético, masculino; um poderoso sedutor, agressivo, frio; não tem tempo para carinhos. (Brizendine, 2006:XV. Grifos da autora).

A lista dos hormônios desconhecidos dos médicos começa com a oxitocina, “fofa, é uma gatinha manhosa; carinhosa, provedora, mãe” e segue com cortisol, vasopressina, DHEA (dehidroepiandrosterona), androstenediona e alopregnanolona (Brizendine, 2006:XV-XVI).

O tópico seguinte se intitula “as fases da vida da mulher” e na sua primeira página temos apenas o parágrafo seguinte, ilustrativo da capacidade que hormônios e cérebro têm de determinar comportamentos:

Os hormônios podem determinar o que o cérebro se interessa em fazer. Eles ajudam a orientar os comportamentos agressivos, sociais, sexuais e de cuidado com o outro. Eles podem afetar nossa disposição para conversar, flertar, promover ou ir a festas, escrever bilhetes de agradecimento, planejar diversões para as crianças, dar carinho, ter preocupações com a beleza, perceber se estamos magoando os outros ou se estamos sendo competitivos e tomar a iniciativa para o sexo. (Brizendine, 2006:XVII).

Nas páginas que se seguem, é apresentado um quadro esquemático que define, de acordo com cada fase da vida da mulher (fetal, infância, puberdade, maturidade sexual/mulher solteira, gravidez, amamentação, criação dos filhos, perimenopausa, menopausa, pós-menopausa), uma lista com as principais alterações hormonais, o que as mulheres têm que os homens não têm, alterações específicas ao cérebro feminino e alterações de percepção (Brizendine, 2006:XVIII-XIX).

Somente depois de feita esta simplificação inicial por estes esquemas gráficos é que o livro começa seu conteúdo textual mais corrido. A autora parte da afirmação de que os cérebros da mulher e do homem não são iguais, a começar pelo tamanho. Os cérebros masculinos são 9% maiores embora a quantidade de células cerebrais seja a mesma. O que acontece é que no caso das mulheres estas células são comprimidas de uma forma muito mais densa, “apertadas, como um espartilho, em uma caixa craniana menor” (Brizendine, 2006:1).

O argumento principal é de que o comportamento feminino é radicalmente diferente do masculino por conta de distinções hormonais e uma arquitetura cerebral diferenciada. Parte da noção de que o padrão cerebral de todo feto é feminino até a oitava semana de gestação quando o cérebro, se o feto for masculino, será inundado com testosterona, que inicia agindo nos testículos do bebê e posteriormente viaja para o cérebro pela corrente sanguínea. A partir daí instaura-se uma diferença permanente e radical.

O livro é composto por capítulos que tratam das especificidades cerebrais em diferentes fases da vida da mulher, como puberdade, maternidade e menopausa, e também por outros que abordam temas como amor e confiança, sexo e emoção. A conclusão aborda o “futuro do cérebro feminino”. Há ainda três apêndices que versam sobre terapia hormonal, depressão pós-parto e preferência sexual. Por fim há um capítulo de notas, “resultado de muitos anos de pesquisa, análise e síntese de ideias” a partir da coleta do “trabalho de muitos cientistas em várias disciplinas” (Brizendine, 2006:197), além de 40 páginas de referências bibliográficas.

Um dos aspectos mais interessantes do livro diz respeito ao fato de que a autora situa sua busca pela neurociência como uma forma de ajudar as mulheres. Revela como nos anos 70, quando estava na faculdade, adotou uma postura típica do movimento feminista “colocando o patriarcalismo da cultura ocidental no banco dos réus” (Brizendine, 2006:2). Mas essa explicação não dava conta das diferenças e de certas manifestações, como a depressão supostamente mais frequente entre mulheres, que preocupavam a psiquiatra. A psicanálise, que fez parte de sua formação, também é citada

desfavoravelmente, como uma corrente que não considerava a importância da química cerebral feminina. Passou então a ponderar que a diferença entre homens e mulheres “poderia ser reflexo de algo maior, mais básico e biológico” (Brizendine, 2006:2). A constatação ocorreu quando se deu conta de que o contraste nos índices de depressão entre mulheres e homens acontecia a partir da puberdade e estaria relacionado com as alterações químicas que teriam efeito no cérebro.

Mas sua “primeira epifania sobre as diferentes realidades criadas pelos hormônios sexuais” ocorreu quando passou a tratar mulheres com “síndrome ‘cerebral’ pré-menstrual extrema” (Brizendine, 2006:3). Segundo a autora, em todas as mulheres que menstruam o cérebro muda 25% todo mês, em decorrência da simples mudança do fluxo hormonal, e em algumas isso provoca sérios abalos, fazendo com que “sentissem que o futuro seria negro” e odiassem a si mesmas e a suas vidas. A médica e pesquisadora chega à conclusão de que: “Se a realidade de uma mulher pode mudar radicalmente de uma semana para a outra, o mesmo deveria ser verdade em relação às mudanças hormonais massivas que ocorrem ao longo da vida de uma mulher” (Brizendine, 2006:3). Para investigar esse fenômeno, em 1994 fundou a clínica destinada a compreender e tratar os hormônios e humores das mulheres. Descobriu então que “o cérebro feminino é tão profundamente afetado pelos hormônios que é possível dizer que sua influência cria a realidade de uma mulher” além de moldar valores, desejos, prioridades. E isso acontece de maneira instável em função da atuação dos hormônios em diferentes fases da vida, de forma contrastante em relação ao homem:

Em virtude das flutuações que começam aos três meses de idade e duram até depois da menopausa, **a realidade neurológica de uma mulher** não é tão constante quanto a de um homem. A realidade do homem é como uma montanha que é desgastada imperceptivelmente ao longo de milhares de anos por geleiras, ventos, clima e profundos movimentos tectônicos da Terra. A realidade da mulher é mais como o próprio clima – mudando constantemente e de difícil previsão. (Brizendine, 2006:4. Grifos meus).

Segundo o livro, Brizendine acompanhou por anos o progresso do conhecimento sobre o cérebro e o comportamento femininos, enquanto cuidava de suas pacientes. E isso possibilitou a criação dessa obra, que é então apresentada como um “manual de usuário”, ao que parece, do próprio cérebro de cada um:

Este livro é um **manual de usuário**, apresentando as novas pesquisas sobre o cérebro feminino e os sistemas neurocomportamentais que fazem de nós mulheres. É o resultado de meus vinte anos de experiência clínica como neuropsiquiatra. Ele se

nutriu de **avanços espetaculares** em nossa compreensão de **genética, neurociência molecular, endocrinologia fetal e pediátrica e desenvolvimento neuro-hormonal**. Este livro apresenta descobertas de **neuropsicologia, neurociência cognitiva, desenvolvimento infantil, imagiologia cerebral e psiconeuroendocrinologia**. Aqui exploraremos a **primatologia, os estudos de comportamento animal e observações de crianças**, buscando insights de como comportamentos específicos são programados no cérebro feminino por uma combinação de fatores genéticos e ambientais. (Brizendine, 2006:9. Grifos meus).

A missão de ajudar as mulheres via os avanços da ciência é expressa ainda mais enfaticamente:

Em virtude desse progresso, estamos finalmente entrando em uma era na qual as mulheres podem começar a entender sua **biologia específica** e como isso afeta suas vidas. **Minha missão pessoal tem sido educar** médicos, psicólogos, professores, enfermeiros e farmacêuticos, bem como seus alunos, a **ajudar as mulheres e adolescentes** com as quais trabalham. Tenho aproveitado toda e qualquer oportunidade de **educar** mulheres e meninas a **direcionar** o seu sistema único de cérebro-corpo-comportamento e **ajudá-las a ser o melhor possível** em qualquer idade. (Brizendine, 2006:10. Grifos meus).

Na conclusão do livro, intitulada “O futuro do cérebro feminino”, Brizendine retoma essa ideia da importância da compreensão da “biologia inata” para melhor planejar o futuro, criando “um mapa para o caminho” que está por vir e ajudando a sociedade a “apoiar melhor as habilidades e necessidades naturais femininas” (Brizendine, 2006:169). As noções de ajuda, lição, melhoria, mapa, mapeamento, guia são repetidas inúmeras vezes assim como as referências à “biologia inata” e à “realidade das mulheres”. Além disso, é neste fechamento que assume uma posição ainda mais explícita de condenação ao igualitarismo. Segundo a autora, “ **fingir que mulheres e homens são iguais**, ao mesmo tempo em que presta um desserviço tanto a homens quanto a mulheres, no final **acaba prejudicando as mulheres**” (Brizendine, 2006:170. Grifos meus).

Mais uma vez é retomada a crítica ao feminismo e ao politicamente correto, em função do respeito maior à “realidade biológica” e às diferenças identificadas cientificamente:

Durante os anos 90 e no início deste milênio, novas ideias e fatos científicos sobre o cérebro feminino estão sendo descobertos. Essas verdades biológicas se tornaram um estímulo poderoso para reconsiderarmos o contrato social de uma mulher. Ao escrever este livro, tive duas vozes lutando em minha cabeça – uma, a **verdade científica**, a outra, o **politicamente correto**. Entre ambas, preferi a verdade científica

ao politicamente correto, mesmo sabendo que as verdades científicas nem sempre são bem recebidas. (Brizendine, 2006:170-171. Grifos meus).

No último parágrafo, Brizendine conclui que as mulheres detêm “um imperativo biológico para que o novo contrato social as leve em consideração, bem como suas necessidades” e acrescenta que o “[n]osso futuro e o de nossas crianças dependem disso.” (Brizendine, 2006:172).

Chama a atenção o fato de que o livro seguinte, *The Male Brain* (2010), mantém a mesma estrutura de capítulos, tópicos e esquemas gráficos do primeiro, além de seguir exatamente a mesma linha argumentativa. Ou seja, no caso dos homens, as transformações governadas pelo cérebro permitem explicar e entender todas as diferentes fases da vida masculina, do nascimento até chegar à andropausa, passando pela puberdade e vida adulta. A diferença é dada pelo contraste na forma como são apresentadas e descritas as características associadas ao cérebro e aos hormônios atuantes nos corpos masculinos. Persiste a ideia de que homens e mulheres estariam começando a entender a sua biologia distinta e como isto afetaria suas vidas. O estudo e a divulgação das novas descobertas científicas poderiam, mais uma vez, ajudar a guiar os impulsos e a escolher como agir no futuro (Brizendine, 2010: 27-28).

Os dois livros atestam a existência desse discurso centrado em argumentos supostamente embasados na ciência que se transformam em guias de orientação para cada indivíduo isoladamente e, se possível, para a sociedade como um todo. Essa combinação de recursos que atestariam a legitimidade científica, como a menção a todas as especialidades, obras e pesquisadores citados como fonte, e a retórica do esclarecimento e da ajuda fazem desses trabalhos uma ilustração exemplar desse novo tipo de produção que se pode chamar de autoajuda científica ou de disseminação do conhecimento científico com fins de orientação pessoal. Brizendine ainda pode acrescentar a esse arcabouço suas credenciais e experiência enquanto médica psiquiatra, dedicada, portanto, ao cuidado direto de suas/seus pacientes, além de ser professora de uma importante universidade. Essas características certamente contribuem para reforçar a imagem de sua capacidade de ajudar os outros com propriedade.

### III.

A tentativa de descrever esse fenômeno pelo ângulo da novidade não se refere, evidentemente, à inexistência anterior de formas de divulgação pública da ciência ou de pretensões “civilizatórias”, em vários sentidos, por parte de



cientistas e médicos. Pretende sim dar conta de mostrar como uma nova rede ou um novo campo de mediações, em escala talvez distinta, está se constituindo, com características e pretensões singulares. Em decorrência disto, argumento que os rótulos “divulgação científica” ou “popularização da ciência” parecem não dar conta de descrever precisamente os processos em questão. É preciso lançar mão de outros recursos que permitam pôr em xeque a validade analítica dessas categorias “nativas” em prol de um entendimento mais complexo ou, pelo menos, mais desafiador.

De um modo geral, muito se tem falado da divulgação científica sem colocar em questão a própria categoria e se de fato representa de forma consistente o que temos assistido atualmente quando observamos o campo de circulação das informações ditas científicas para um público extra-academia. O crescente número de revistas dedicadas a tal nicho de mercado, a existência de cadernos especializados nos grandes jornais e a avalanche de livros editados com esse fim, apenas para ficar no campo da produção impressa, sem falar de televisão, cinema, internet, revelam a criação de um domínio especializado e lucrativo.<sup>4</sup> Essas indicações já permitem pôr em suspeita a noção e uma compreensão simplista da divulgação científica.<sup>5</sup>

Mais interessante talvez seja lançar mão dos conceitos cunhados por L. Fleck (2010) ainda na década de 1930 para dar conta de descrever a relação entre a produção de conhecimento por grupos de especialistas e sua circulação entre um público mais abrangente.<sup>6</sup> Na visão desse autor, o processo de conhecimento é socialmente condicionado no sentido de que não é fruto de uma atividade individual mas resultado das interações sociais que têm profundas conexões com o que já era conhecido de alguma forma. Partindo da noção de que a

<sup>4</sup> O chamado mercado editorial de autoajuda tem crescido enormemente nas últimas décadas em vários países, justificando, inclusive, a sua classificação em separado das demais obras de não-ficção. Em 1983 o *New York Times* passou a utilizar uma lista exclusiva para este tipo de publicações, então chamadas “livros de aconselhamento”. Segundo os editores, o crescimento da categoria era tão importante que se esta separação não fosse feita, as outras obras de não-ficção não apareceriam mais nas listagens (Petillo e Souza, 2005). No Brasil, de acordo com dados da Câmara Brasileira do Livro (2009), o número total de exemplares de livros de autoajuda produzidos em 2009 (1ª edição mais reedições) foi de 12.828.914. Para se ter uma visão comparativa, o número de livros de literatura adulta foi de 21.007.834 e o de ciências humanas e sociais, 1.930.501. Dados específicos sobre o nicho mais voltado à área da ciência não foram localizados.

<sup>5</sup> Para uma apresentação do debate em torno do “entendimento público da ciência” ou das relações entre a expertise científica e o público leigo, ver o trabalho pioneiro de Irwin e Wynne (1996). Em outra perspectiva, mais distante da linha adotada neste artigo, tem destaque os trabalhos de Collins e Evans (2010).

<sup>6</sup> O trabalho de L. Fleck tem inspirado alguns estudos recentes, especialmente no campo de análises das práticas biomédicas e de atenção à saúde, como é o caso de Camargo Jr. e Nogueira (2009).

produção do conhecimento é um fenômeno social, Fleck se apoia em dois conceitos fundamentais e interconectados. O primeiro é a ideia de “coletivo de pensamento”, usado para definir uma comunidade de pessoas interagindo e intercambiando suas ideias e fornecendo, desta forma, o suporte necessário para o desenvolvimento histórico de um campo de pensamento. A um dado coletivo de pensamento está associado certo “estilo de pensamento”, uma espécie de disponibilidade intelectual, apreendida via um processo de socialização em uma comunidade científica ou coletivo, que define formas particulares de perceber e agir (Fleck, 2010:81-95).

A dinâmica de interação entre diferentes atores envolvidos nesse processo em um circuito mais amplo é descrita via a distinção entre “círculo esotérico” e “círculo exotérico”.<sup>7</sup> O primeiro compreende o terreno dos *experts*, sejam eles especializados ou generalistas, que estariam diretamente envolvidos com a produção do conhecimento. Sua forma de comunicação privilegiada seriam os periódicos técnico-científicos e os livros de referência ou manuais. O segundo diz respeito ao campo mais abrangente dos “leigos mais ou menos instruídos”, sustentados por periódicos de ciência popular ou de divulgação (Fleck, 2010:164-179). A ciência popular, para Fleck, é a ciência dos não-especialistas e tem como uma das características principais, na sua forma de apresentação, “a ausência de detalhes e principalmente de polêmicas, de modo que se consegue uma simplificação artificial” (Fleck, 2010:166). Haveria ainda uma “execução esteticamente agradável, viva e ilustrativa” e por fim uma “avaliação apodítica”, a simples aprovação ou reprovação de um dado ponto de vista. O saber exotérico seria então definido por uma ciência simplificada, ilustrativa e apodítica, associada à conformação de uma certa visão de mundo. E esta visão de mundo, por sua vez, estaria relacionada com a produção do conhecimento científico, o que caracterizaria uma relação intrínseca e contínua entre os diferentes círculos. Como sintetiza Fleck, a seguir:

Por mais que qualquer visão de mundo seja insignificante para as representações de um especialista, ela forma, assim mesmo, o pano de fundo que determina os traços gerais do seu estilo de pensamento, mesmo que se trate apenas de um sentimento elevado das relações interligadas de todo o saber humano; ou da crença na possibilidade de uma ciência universal, ou da crença na capacidade, embora limitada, de desenvolvimento da ciência. Dessa maneira, fecha-se o círculo da dependência intracoletiva do saber: a partir do saber especializado (esotérico), surge o saber popular (exotérico). Este se apresenta, graças à simplificação, ao seu

<sup>7</sup> R. Azize (2010) também se utiliza desses conceitos de Fleck para propor uma análise da difusão da neurociência no Brasil.

caráter ilustrativo e apodítico, de uma forma segura, mais bem acabada e sólida. O saber popular forma a opinião pública específica e a visão de mundo, surtindo, dessa forma, um efeito retroativo no especialista. (Fleck, 2010:166).

Fleck ainda acrescenta que, a cada vez que se tenta descrever um determinado caso, seja ele qual for, a descrição sempre exige simplificação, permeada por elementos ilustrativos e apodíticos convincentes. Isso implicaria em que, a cada vez que uma comunicação é produzida, um saber se torna mais exotérico e popular (Fleck, 2010:168).

Esses elementos sem dúvida ajudam a complexificar o tratamento que se pode dar ao fenômeno de popularização da ciência hoje em dia, a partir de uma lógica que prevê muito mais uma interação mútua do que uma ideia de transmissão de um saber produzido para além, ou fora, da sociedade. Em certo sentido, poder-se-ia dizer que Fleck já estava adiantando as discussões em torno da noção de co-produção que se tornaria central para os estudos sociais da ciência (Jasanoff, 2004).

Em muitos casos, no que se refere às produções discursivas contemporâneas, ao contrário de um movimento simples de recepção e transmissão de informações, trata-se, sobretudo, da promoção de certas ideias-chave que vão ser ancoradas nos argumentos científicos em voga. Para aprofundar o entendimento desse fenômeno vale recorrer novamente a L. Fleck (2010) e sua noção de protoideias precientíficas. As protoideias seriam pré-disposições histórico-evolutivas que permitiriam o desenvolvimento de determinados fatos científicos e de teorias correspondentes. Sua importância está relacionada com o fato de possibilitarem ou condicionarem os estilos de pensamento relacionados a cada coletivo de pensamento.

No caso das publicações aqui cotejadas, pode-se sugerir que algumas protoideias aparecem de maneira muito relevante. Brizendine (2006; 2010), com a ajuda dos editores, trabalha insistentemente a redução dos argumentos, a utilização de imagens e esquemas gráficos sintéticos e a criação de um discurso de evidências. É possível perceber isso em termos de processos de simplificação, ilustração e convencimento. Tudo isso a serviço de demonstrar que haveria uma diferença inata e essencial entre homens e mulheres. Se no plano da produção do conhecimento científico, no círculo esotérico, as protoideias já são fundamentais, no plano das publicações destinadas ao grande público, surgem ainda com mais força. Suponho que, nesse nível, até mesmo configuram uma segunda camada de “filtro” que condiciona aquilo que será produzido. É como se as protoideias “retornassem” com mais força, embora nunca tenham ido embora realmente, para reenquadrar, via simplificação, ilustração e pro-

dução de verdades, os novos achados científicos. Sugiro que no caso do crivo do gênero e da criação de definições da diferença entre os sexos, isto estaria sintomaticamente presente.

#### IV.

Dar conta de entender a existência desse fenômeno de co-produção, que envolve pesquisadores, médicos, jornalistas, consumidores em potencial, de um discurso especializado na disseminação do conhecimento científico com fins de orientação pessoal, certamente exigiria grandes investimentos em termos de novas investigações empíricas e reflexões teóricas. Sugiro que pelo menos **três eixos** se constituem como fundamentais nesse empreendimento: a construção desse novo campo de produção e consumo; o conteúdo e os mecanismos associados à criação de uma noção de diferença radical entre os gêneros; e as implicações mais profundas envolvidas nesse projeto de promoção de uma ideia de diferença natural e imutável.

No que se refere ao **primeiro eixo**, trata-se de problematizar a própria construção do objeto. Embora ainda seja difícil delimitar mais precisamente os seus contornos, é possível definir certos marcos. Pode-se argumentar, pelo menos provisoriamente, que se trata da co-produção de um campo complexo que vai muito além da tradução das descobertas e explicações do conhecimento elaborado na academia. Certamente é um campo com fronteiras ainda pouco delimitadas, incluindo desde livros escritos por cientistas até revistas especializadas ou segmentos de veículos de grande circulação. Mas nota-se a presença mais relevante de cientistas que passam a se dedicar a este tipo de produção e de jornalistas, editores, escritores que se tornam profissionais especializados em ciência.<sup>8</sup> Os objetivos, em certo nível, implicam em difundir e facilitar ou simplificar a compreensão de informações que viriam do conhecimento científico. Em outro, implicam na criação de guias de orientação ou manuais de autoajuda para o público em geral ou segmentos particulares como mulhe-

<sup>8</sup> Apesar do crescimento do campo editorial, temos ainda poucas análises sobre este fenômeno, especialmente em se tratando das conexões com gênero e sexualidade. Cabe destacar aqui o estudo de A. Potts (2002) que, dentro de um projeto maior de mapear o que chama de “science/fiction of sex” analisa os livros de John Gray (1992; 1995) na linha do conhecido “Homens são de Marte e mulheres são de Vênus”. Já Catherine Vidal e Dorothé Benoit-Browaeyns (2005) criticam duramente os meios de comunicação e as publicações que tentam explicar as diferenças entre homens e mulheres baseados em visões deterministas.

res, homens, adolescentes, etc. De uma forma sintética, este campo poderia ser definido como o segmento de publicações destinadas à disseminação do conhecimento científico com fins de orientação pessoal.

É importante detalhar um pouco mais como essas produções discursivas assumem como tarefa a elaboração de verdadeiros guias de orientação ou mesmo manuais de autoajuda, que teriam como função indicar ao público mais amplo quais os comportamentos a seguir em busca do seu bem estar ou melhoria da sua condição de vida. Fornecem uma estrutura básica que é reproduzida insistentemente, a respeito das mais variadas questões:

- a. A constatação ou indicação de um problema ou “sofrimento” (que pode ser uma disfunção ou doença, baixo desempenho ou as dificuldades de lidar com as diferenças);
- b. O fornecimento das explicações científicas, de base biológica, a respeito de suas causas;
- c. O uso de dados numéricos, de preferência estatísticas que indicariam sua importância na população;
- d. A utilização de recursos gráficos como quadros e esquemas que simplificariam ou sintetizariam as informações mais importantes;
- e. O recurso aos especialistas ou *experts*, em geral pesquisadores ou médicos integrados em instituições de renome;
- f. O depoimento de “pessoas comuns” ou a referência a casos clínicos que atestam como tais condições ou problemas afetam suas vidas;
- g. A reprodução de testes autoaplicativos para que o leitor possa fazer o primeiro enquadramento de sua situação pessoal a respeito de tal problema;
- h. A indicação, principalmente através de quadros em destaque, das principais soluções ou recursos disponíveis, recomendados pelos especialistas.

Essa estrutura conduz o leitor a considerar a importância de manter-se informado com as novidades da ciência e do mercado, de procurar os recursos disponíveis e buscar permanentemente a melhoria de sua condição de vida ou, mais ainda, o aprimoramento de suas capacidades e de suas performances. Nota-se que esse “empoderamento” pelo consumo de recursos de ponta parte do princípio de que o diagnóstico a respeito das falhas, ou do que se deve melhorar, e os tratamentos em questão, são recursos externos, a serem buscados com ajuda dos especialistas. Isso se aplica desde o aprimoramento físico, tratamentos de saúde, transformações estéticas até o desempenho

sexual. Quem se coloca à parte desse processo pode estar sujeito a uma certa condenação moral. Além disso, este tipo de discurso, ao propor que quem não entra na busca incessante de aprimoramento ficaria ultrapassado em relação às informações, recursos e gerenciamento da própria vida, ajuda a produzir o próprio mercado dessas publicações e desse tipo de expertise. Trata-se de uma autolegitimação que passa pela cocriação da necessidade de informações desse tipo (Rose, 2007).

Parece cada vez mais evidente a circunscrição de um grupo de especialistas que trabalham exatamente na produção desse campo. É notável como alguns pesquisadores tornam-se referências muito frequentes em vários veículos, o que abre espaço para certa legitimação individual por um lado, ao mesmo tempo em que ajuda a sustentar o “embasamento científico” das publicações. Alguns criam uma carreira de sucesso exatamente nesse terreno de fronteira entre a academia e a “popularização” da ciência, muitas vezes transcendendo barreiras nacionais. No caso do Brasil, há que se notar que um importante contingente desse tipo de publicação refere-se a traduções de originais estrangeiros, principalmente oriundos dos Estados Unidos e Inglaterra. Isso sinalizaria a importância do trânsito de referências globalizadas nesse campo.<sup>9</sup> Certos cientistas, inclusive, partem para a publicação direta dos seus próprios livros já com uma conotação de autoajuda.<sup>10</sup> É o caso do trabalho de L. Brizendine (2006; 2010), no qual a proposta da autora, de criar um “manual de usuário” para se entender o gênero a partir do cérebro, é explicitamente esta. Além disso, cabe mencionar a promoção da carreira de jornalistas que se tornam mais especializados exatamente nos temas científicos e vão também construindo sua expertise por esse domínio.

Nesse processo de criação de um campo específico de co-produção e consumo de expertise, vários tipos de capital são acionados. Entre eles destaca-se a autoridade científica, não de qualquer ciência mas daquela capaz de atestar as bases naturais das diferenças, dos comportamentos, das enfermidades. Essa autoridade é expressa nos textos a partir das referências às instituições acadêmicas e de pesquisa, citações bibliográficas e uso de dados numéricos, entre outras marcas. Muito frequente também é o recurso à legitimidade médica que tem a particularidade de trazer à tona não só a validade científica, mas também

<sup>9</sup> No caso das diferenças cerebrais, ou mais precisamente da hipótese do cérebro feminino como agente da empatia e do masculino como agente da sistematização, a referência constantemente citada é o livro *Diferença essencial: a verdade sobre o cérebro de homens e mulheres* (2004) de Simon Baron-Cohen, professor de psicologia e psiquiatria na Universidade de Cambridge.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, a análise de R. Azize e M. Carvalho (2011) a respeito da neurocientista Suzana Herculano-Houzel.

a garantia ética de quem tem por profissão a tarefa de cuidar e salvar vidas.<sup>11</sup> Além disso, são os médicos que muitas vezes vão fazer o papel de conversão ou tradução dos achados científicos em termos de recomendações de hábitos e práticas saudáveis que levariam ao “bem estar”.

Sustentando este tipo de empreendimento está uma cadeia de valores que associa saúde, juventude, beleza, atividade física e desempenho sexual sempre no sentido de reforçar a recusa das possibilidades de falha ou decréscimo das potencialidades. Como afirma B. Marshall (2010), se antes o par normal/anormal era fundamental para o entendimento da compreensão mais geral na sociedade ocidental acerca dos processos de saúde, doença e envelhecimento, hoje a dicotomia chave seria funcional/disfuncional, sendo moralmente imprescindível que os indivíduos se mantenham funcionais no máximo grau até o limite de suas vidas.<sup>12</sup>

O caso apresentado aqui poderia ainda ser pensado à luz da proposta de Nikolas Rose (2007; 2011) que se questiona sobre o papel das ciências da vida na produção das novas verdades e subjetividades contemporâneas. Sua argumentação em torno dos conceitos de molecularização, otimização, subjetificação, expertise e bioeconomia é valiosa para entendermos a dinâmica de transformações que envolvem a noção de corpo saudável centrada no autogerenciamento individual. Especialmente aqui, ganha importância seu questionamento sobre o papel dos “*experts* da própria vida”. De acordo com o autor, nas práticas contemporâneas de biopoder, novas formas de autoridade são exercidas pelos médicos, não em função da cura de doenças mas da capacidade de aprimorar as artes de autogoverno. E, para além dos médicos, outros profissionais de saúde conformariam o campo dos “*experts* somáticos”, capazes de orientar os indivíduos na busca pelo aprimoramento ou otimização de suas potencialidades.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Esse é o argumento levantado por Jennifer Fishman (2004) ao tratar da comodificação da disfunção sexual feminina a partir da rede que congrega comércio, ciência, medicina clínica e regulação governamental. Em particular, a autora revela como os pesquisadores têm um papel fundamental ao servir como mediadores entre os produtores, ou seja, as indústrias farmacêuticas e os consumidores, isto é, os clínicos e pacientes, das novas drogas. O capital simbólico desses cientistas, a maioria médicos e psicólogos com postos nas escolas de medicina, é uma moeda importante no curso da promoção do novo mercado.

<sup>12</sup> A autora cita como exemplo que durante muito tempo, foi considerado “normal” que a função erétil ou o nível de testosterona declinassem ao longo da vida de um homem. Porém, essa ocorrência passa a ser pensada como “disfuncional”, o que seria “comprovado” pela existência de tratamentos que poderiam melhorar a função em questão. Dessa forma, o “funcional” passa a ser definido pelo que é tratável (Marshall, 2010).

<sup>13</sup> Para uma discussão a respeito das transformações envolvendo uma fase de aumento da jurisdição, autoridade e aplicação da medicina na vida das pessoas (medicalização) para outra concentrada na implementação da tecnociência (biomedicalização), ver A. Clarke *et al.* (2009).

Como foi possível perceber na referência aos dois livros de L. Brizendine (2006; 2010), a proposta é exatamente esta. Ou seja, aplicar o conhecimento da biomedicina, especialmente aquela produzida a respeito do nível molecular, nesse caso cerebral, para gerenciar novas escolhas individuais, buscando a melhoria dos desempenhos de mulheres e homens.

## V.

No que se refere ao **segundo eixo** de reflexão, trata-se de um investimento de ordem mais teórico-política a respeito do próprio conteúdo e dos mecanismos associados na produção do campo em análise. Quando se apresentam os exemplos da constituição deste “mercado de orientação e autoajuda cientificamente embasado”, percebe-se claramente uma ênfase em explicações calcadas em determinismos biológicos a respeito das diferenças entre os gêneros. Como o vocabulário é hermético e parece sempre se referir a inovações, temos a impressão de que o que está sendo apresentado é sempre novidade. Contudo, uma visão de mais longo alcance leva a problematizar esta questão e a discernir melhor as recorrências e as transformações.

No caso das produções recentes em torno da diferença de gênero, chama atenção a persistência com que a protoideia de uma cisão radical, calcada na natureza, é acionada. Ao que parece, as novas descobertas são re-enquadradas sempre no sentido de fornecer dados que tornariam evidente esse enraizamento biológico, até mesmo no nível molecular, como diria N. Rose (2007). Talvez isso explique porque os discursos são tão semelhantes, independentemente do foco preciso em questão: inteligência, atividade sexual, prática de esportes, trabalho, alimentação, etc.

Na verdade, esse mecanismo de entranhamento das diferenças na biologia, inscrita nos marcos de uma natureza imutável e encompassadora, pode ser visto em ação em outros momentos chave da constituição do saber moderno sobre a diferença entre os sexos. O primeiro deles é a passagem, ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, para um modelo do dimorfismo sexual, como bem demonstrou T. Laqueur (1992). De acordo com este autor, a noção de diferença sexual ou a própria ideia de dois sexos biológicos distintos é uma concepção que pode ser historicamente contextualizada. Até esta época, predominaria um modelo, herdado dos gregos, que admitia a existência de apenas um sexo biológico, enquanto o gênero se apresentaria pelos menos em duas possibilidades. Neste caso, homem e mulher não seriam definidos por uma diferença intrínseca em termos de natureza, de biologia, de dois corpos



distintos, mas, apenas em termos de um grau de perfeição. Os órgãos reprodutivos eram vistos como iguais em essência e sua percepção era moldada pelo padrão masculino. Assim, homens e mulheres seriam igualmente dotados de pênis e testículos, por exemplo. Mas, na mulher esses órgãos não teriam sido externalizados. O importante disso tudo é que haveria, então, um só corpo, para o qual se atribuiriam distintas marcas sociais ou inscrições culturais. Esse modelo teria prevalecido até o Renascimento, quando entra em curso uma série de fatores que vão propiciar a passagem para o modelo de dois sexos, baseado em uma biologia da incomensurabilidade.

Analisando a produção médica no Brasil do século XIX, observa-se claramente a promoção de uma justificativa biológica para os papéis sociais diferenciados exercidos por homens e mulheres a partir de uma organização corporal diferenciada. A natureza já teria definido e qualificado homens e mulheres para o preenchimento de funções específicas. Vários trabalhos atestam a pretensão e abrangência política que o discurso médico poderia ter e também ilustram com primor a **justificativa anatômica** da hierarquia de gênero em voga. Advogam que, além de aparentemente não ter capacidade mental para o mundo público a mulher também não teria capacidade física. Suas tarefas deveriam ficar restritas aos cuidados da casa e da família, na segurança do lar, em função de razões anatômicas e fisiológicas (Rohden, 2001).

Nessa direção pode-se sugerir que a medicina e, em particular, as especialidades dedicadas à mulher e à reprodução, se convertem no decorrer do século XIX em uma verdadeira “ciência da diferença”. O argumento central, que perpassa boa parte dos trabalhos da época e também justifica as intervenções concretas, diz respeito a uma distinção natural, de caráter biológico e pré-determinado entre os sexos. Homens e mulheres seriam naturalmente distintos nas suas características físicas e também nas suas características morais ou psicológicas. Além disso, as qualidades atribuídas a cada um e as suas funções sociais são descritas com o mesmo grau de determinismo que suas funções fisiológicas (Rohden, 2001).

Em torno de 1900 nota-se uma ênfase na diferença a partir de órgãos específicos, principalmente dos ovários, em contraste com os testículos, e as secreções produzidas por esses órgãos. Especialmente no caso da mulher, isso adquire um caráter central porque ela seria governada pelos ciclos relacionados à reprodução, desde a puberdade, gravidez e amamentação até a menopausa. Praticamente todo o comportamento feminino poderia ser explicado em função disso, inclusive o que era percebido como desordem. No começo do século XX o ovário é convertido no órgão que condensa a feminilidade e capacita a mulher para a função reprodutiva. De agora em diante, a apreciação da saúde da mulher e de

sua própria identidade tem como referência os seus ovários. E as substâncias produzidas por este órgão passam a ditar a diferença em relação ao homem e às secreções dos testículos. Pode-se dizer que entra em curso uma nova precisão a respeito da diferença, encampada pelas especialidades que se desenvolveriam no contexto das descobertas endocrinológicas (Rohden, 2008).<sup>14</sup>

Se pelo menos até o final do século XIX era nítida a busca de um órgão que explicasse e fundamentasse a diferença, já nas primeiras décadas do século XX o desafio é entender como as substâncias produzidas pelas gônadas operam o processo de diferenciação. Se antes o ovário poderia ser visto como centro condensador da feminilidade assim como o testículo da masculinidade, agora se tratava de descobrir o mecanismo de produção de feminilidade e masculinidade. O paradigma bioquímico de causa e efeito determinava o que se deveria procurar e até onde as explicações deveriam chegar. É nesse contexto de busca pelas causas últimas dos fenômenos e de marcada relação entre gênero e sexo físico-corporal, substancializado em órgãos e agora em secreções internas, que se “descobre” os chamados **hormônios sexuais**.

Desde o início do século já se falava de substâncias químicas produzidas por determinados órgãos e capazes de afetar outros por meio da corrente sanguínea. Até a década de 1920 predominou a noção de que os hormônios produzidos pelos ovários e pelos testículos seriam específicos, exclusivos de cada sexo e dotados de um papel único na determinação sexual. A presença de hormônios femininos só seria possível nas mulheres e determinaria as suas características sexuais assim como os hormônios masculinos seriam exclusivos dos homens e determinariam as características masculinas. Contudo, a partir da década de 1920 as experiências realizadas com animais passaram a mostrar a presença dos dois tipos de hormônios em machos e fêmeas (Oudshoorn, 1994).

Embora houvesse nítidas “evidências” científicas, não houve uma transformação imediata no campo. Os novos achados foram recebidos com muita resistência e incômodo e somente uma década depois foi possível aceitar uma nova relação entre hormônios e sexo. Na década de 1930 ainda se descrevia com espanto as experiências nas quais se achava a presença de hormônios “femininos” em machos e, notadamente, com menos importância, se descrevia a presença de hormônios “masculinos” em fêmeas. Gradualmente passa-se a demonstrar uma diferença quantitativa na presença dos hormônios típicos de machos e fêmeas. Embora os cientistas tenham identificado a não exclusividade na origem e

<sup>14</sup> Sobre a história dos hormônios sexuais desde uma perspectiva crítica, ver Oudshoorn (1994), Sinding (2003), Gaudillière (2003), Löwy (2003) e Rohden (2008).

função dos hormônios, na clínica os ginecologistas continuaram promovendo um modelo dualista. E o que prevaleceu até hoje em dia é uma noção comum que, se não reafirma a existência de hormônios específicos, postula uma relação íntima entre determinados tipos de hormônios e determinados tipos de corpos. Segundo Oudshoorn (1994), a protoideia precientífica do dualismo de gênero, tão pregnante desde a época Vitoriana continuou direcionando a produção e as descobertas científicas do início do século XX.

Pode-se sugerir que assistimos re-atualizações desse processo no contexto atual, com focos ainda mais precisos e perspectivas por vezes mais deterministas. Sugiro que isso ocorre especialmente no terreno da criação de veículos ou na publicação de livros e reportagens que tem em cena o cérebro e que insistem na delimitação das supostas diferenças entre homens e mulheres (Rohden, 2010).<sup>15</sup> O trabalho de L. Brizendine (2006; 2010) seria mais um entre tantos exemplos dessa produção. É possível perceber que não estamos apenas descrevendo descobertas científicas ou tratamentos clínicos isolados mas uma rede complexa de acontecimentos que tem no vetor de gênero uma de suas marcas fundamentais. Visto dessa forma, esse processo nos leva a pensar sobre quais lógicas ou quais as preocupações estariam associadas a esses eventos.<sup>16</sup>

## VI.

Depois de apresentada essa descrição, é possível inserir o **terceiro eixo** de discussão relativo à concepção de natureza que é acionada na produção do novo campo discursivo, aqui chamado de autoajuda cientificamente embasada. O que se nota, de uma maneira geral, é uma re-encenação do contraste físico entre os

<sup>15</sup> Ver especialmente a revista *Viver - Mente e Cérebro*, repleta de artigos escritos por pesquisadores e voltados ao grande público. Já em levantamento realizado com a revista *Vêja*, encontramos as seguintes matérias onde a diferença, sobretudo cerebral, tem destaque: “Frisson cerebral: a beleza feminina causa, sim, reações primitivas nos homens” *Vêja* (05 de dezembro de 2001), “O sexo oprimido” *Vêja* (01 de outubro de 2003), “O cérebro devassado: o cérebro deles e delas” *Vêja* (04 de agosto de 2004), “Diferentes, mas unidos. Por que nelas o QI alto atrapalha o casamento e nos homens ajuda?” *Vêja* (02 de março de 2005), “A atração está no cheiro: estudo explica como sexos se atraem e reforça a tese da origem biológica do homossexualismo” *Vêja* (18 de maio de 2005), “Eles vão ficar impossíveis: estudo divulgado na Inglaterra mostra que o QI dos homens é, em média, 5 pontos mais alto do que o das mulheres” *Vêja* (31 de agosto de 2005), “Enfim a ciência entendeu a mulher. Uma revolução muda (quase) tudo na forma como a medicina trata o corpo feminino” *Vêja* (07 de março de 2007), “A diferença se vê no cérebro: descoberto que os homossexuais são mais parecidos com pessoas do sexo oposto” *Vêja* (25 de junho de 2008).

<sup>16</sup> No que se refere à análise do cérebro e suas conexões com sexo e poder, vale citar o trabalho de Catherine Vidal e Dorothé Benoit-Browaeys (2005). Para uma análise das publicações biomédicas contemporâneas, ver Marina Nucci (2010).

sexos especialmente focado no cérebro e na conseqüente assimetria entre os gêneros. Apesar de certas ressalvas feitas pelos próprios cientistas, tem-se a impressão de que estariam sendo traduzidas para o público leigo as grandes verdades científicas sobre as diferenças. Surpreendentemente, o tom se assemelha muito ao que aparece nos trabalhos médicos do século XIX. A constatação da permanência dessas ideias e da sua expressão de forma contundente em momentos tão distintos como meados do século XIX e início do século XXI leva a supor que algum tipo de mecanismo muito resistente pode estar em cena, embora bastante modificado pela passagem do tempo. Sugiro que estamos assistindo a uma nova remodelagem da reafirmação do dualismo de gênero, agora repaginado com as cores da neurociência. Trata-se do que poderíamos chamar de uma “substancialização da diferença”, caracterizada pelo enraizamento constantemente renovado do gênero em determinadas marcas corporais.

Se, no século XIX, tínhamos uma insistência nas diferenças anatômicas e fisiológicas atribuídas aos corpos de homens e mulheres, com o passar dos anos, temos a transferência do interesse para os hormônios. Já nas primeiras décadas do século XX serão esses mensageiros químicos os responsáveis pelas atribuições das características fundamentais aos dois sexos. A ideia de que haveria hormônios masculinos e hormônios femininos, embora questionada já a partir da década de 1920, permanece até hoje como explicação legítima para distinções, inclusive no que se refere ao comportamento e às capacidades cognitivas. Aos hormônios é designado um papel imprescindível no processo de diferenciação cerebral, ajudando a converter o cérebro no novo núcleo de substancialização da diferença.

O foco desta substancialização pode variar. Mas a referência a algum tipo de materialização do gênero permanece intacta, ou melhor, parece ir se aprimorando a cada descoberta científica. Percebe-se a pregnância de uma necessidade de essencialização das diferenças entre homens e mulheres ao longo dos dois últimos séculos que remete necessariamente à tradição dualista que tem caracterizado a chamada cultura ocidental moderna. Basicamente, as renovadas formas de essencialismo têm implicado em delimitar o que seria do plano natural, supostamente imutável, e o que se enquadraria no plano social ou cultural, passível de transformação. O curioso é que parece ser exatamente a instabilidade entre essas fronteiras, ou seja, a constatação da sua precariedade, que promove uma insistente reafirmação das oposições.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Sobre esta discussão teórica a respeito da instabilidade das diferenças e da dicotomia natureza/cultura, consultar Rohden, 2001 e 2003.

Quase sempre que uma gramática naturalizante da diferença é acionada, tem sido para falar em nome da imutabilidade. É como se atribuir adjetivos como hormonal ou cerebral, ou mesmo genético, servisse ao propósito de atestar o caráter natural, intrínseco e cristalizado das diferenças. Esse processo, talvez longe de espelhar um conhecimento último sobre o corpo e suas variações, reflete uma verdadeira obsessão com o esquadrinhamento e a manutenção das diferenças de gênero. Revela também que uma reconsideração sobre a qualidade imutável de certos atributos tende a ser percebida como uma séria ameaça. E é justamente porque se suspeita que essas diferenças conhecidas não sejam tão substancializáveis ou definitivas que tanto se insiste na procura de novos fatos irredutíveis.

Hoje em dia, talvez exatamente em virtude da promoção de deslocamentos de ordem mais ampla (Latour, 1994, 2000), em que o estabelecimento de fronteiras fixas parece ficar cada vez mais inviável, novos tensionamentos se produzem. Diferentes possibilidades heurísticas e tecnológicas, nesse caso especialmente aquelas associadas a corpo, gênero, sexualidade e reprodução, têm deixado cada vez mais evidente a fragilidade das noções fixas e a instabilidade das naturezas. Como aponta Anne Fausto-Sterling (1992; 2000), nossas ideias de natureza e mesmo nossa relação com a ciência e a tecnologia são profundamente marcadas pelas inscrições de gênero. Os recursos disponíveis atualmente no que refere à mudança de sexo ou à produção de novas vidas, por exemplo, implodem de uma forma jamais vista com o modelo de natureza no qual se acreditava. E mostram que longe de um gênero enraizado em um sexo natural e imutável, o que salta aos olhos são as manifestações ou as ideias de sexo inextrincavelmente sustentadas por um gênero fluido, instável, transitório. Não há fronteiras garantidas e a tentativa de defini-las revela precisamente o quanto são politicamente importantes para a elaboração de nossas marcas distintivas de valor e assimetria.

Por fim, gostaria de enfatizar como o problema da elaboração de uma narrativa de tom biologizante e naturalista acerca da diferença entre os sexos pode ser entendido como um dos focos fundamentais da construção de nossa crença na modernidade. O tom geral dos discursos citados parece manter uma referência comum a esta ideia de natureza absoluta, distinta e intocável, refletindo, no caso paradigmático das concepções de gênero, o projeto da modernidade e as fragilidades que lhe seriam inerentes. Essas fragilidades, a meu ver, tornam-se cada vez mais evidentes quanto mais se insiste na definição de diferenças radicais que só poderiam ser embasadas em uma certa noção de biologia e de natureza imutáveis. É como se no caso do gênero, e na tentativa de criar um sexo naturalmente distinto, a separação natureza/cultura ficasse ainda mais melindrada e, talvez por isso, obrigasse a tantas e insistentes reafirmações deterministas.

## Referências bibliográficas

- AZIZE, Rogerio; CARVALHO, Marcos. “Você conhece bem o seu cérebro?": pessoa e divulgação neurocientífica”. In: SANTOS, Luís; RIBEIRO, Paula (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida*. Rio Grande: FURG, 2011.
- AZIZE, Rogerio. *A nova ordem cerebral: a concepção de 'pessoa' na difusão neurocientífica*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, Tese de Doutorado, 2010.
- BARON-COHEN, Simon. *Diferença essencial: a verdade sobre o cérebro de homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- BRIZENDINE, Louann. *Como as mulheres pensam*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2006.
- \_\_\_\_\_. *The male brain*. New York: Morgan Road/Broadway Books, 2010.
- CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. 2009. Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, Disponível em: [http://www.snel.org.br/files/pesquisaMercado/relatorioAnual/relatorio\\_anual\\_2009.pdf](http://www.snel.org.br/files/pesquisaMercado/relatorioAnual/relatorio_anual_2009.pdf) Acesso em 28/09/2011.
- CAMARGO JR, Kenneth; NOGUEIRA, Maria (orgs.). *Por uma filosofia empírica da atenção à saúde: olhares sobre o campo biomédico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- CLARKE, Adele; SHIM, Janet; MAMO, Laura; FOSKET, Jennifer; FISHMAN, Jennifer (orgs.). *Biomedicalization: technoscience and transformations of health and illness in the U.S.* Durham: Duke University Press, 2009.
- COLLINS, Harry; EVANS, Robert. *Repensando a expertise*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- EHRENBERG, Alain. “O sujeito cerebral”. *Psicologia Clínica*. Vol. 21, no.1, 2009, pp.187-213.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of the gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books, 1992 [1985].
- FISHMAN, Jennifer. Manufacturing desire: the commodification of female sexual dysfunction. *Social Studies of Science*, v. 34, n.2, 2004, pp.187-218.
- FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FONSECA, Claudia; SÁ, Guilherme. “Apresentação”. *Horizontes Antropológicos*, v. 17, n.35, 2011, pp.7-23,
- GAUDILLIÈRE, Jean-Paul. “La fabrique moléculaire du genre: hormones sexuelles, industrie et médecine avant la pilule”. *Cahiers du Genre*, n. 34, 2003, pp.57-81.
- GRAY, John. *Men are from Mars, women are from Venus*. London: Thorsons, 1992.
- GRAY, John. *Mars and Venus in the bedroom: a guide to lasting romance and passion*. New York: HarperCollins, 1995.
- IRWIN, Alan; WYNNE, Brian (orgs.). *Misunderstanding science? The public reconstruction of science and technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JASANOFF, Sheila (org.). *States of knowledge: the co-production of science and social order*. New York: Routledge, 2004.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LOWY, Ilana. “Intersexe et transsexualités: les technologies de la médecine et la separation du sexe biologique du sexe social”. *Cahiers du Genre*, n. 34, 2003, pp.81-105.

- MARSHALL, Barbara. "Science, medicine and virility surveillance: 'sexy seniors' in the pharmaceutical imagination". *Sociology of Health & Illness*. v. 32, n.2, 2010, pp.211-224.
- NUCCI, Marina. "'O sexo do cérebro': uma análise sobre gênero e ciência." In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 6º. *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. Brasília. Presidência da República/SPM, 2010, pp.31-56.
- ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela. *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.
- OUDSHOORN, Nelly. *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge, 1994.
- PETILLO, Alexandre; SOUZA, Allyson. "Ajude-se". *Superinteressante*, 2005. Agosto. Disponível em <http://super.abril.com.br/cotidiano/ajude-se-445837.shtml>. Acesso em 28 de agosto de 2011.
- POTTS, Annie. *The science/fiction of sex: feminist deconstruction and the vocabularies of heterosex*. London & New York: Routledge, 2002.
- ROHDEN, Fabíola. "O que se vê no cérebro: a pequena diferença entre os sexos ou a grande diferença entre os gêneros". In: MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. (orgs.) *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2010.
- \_\_\_\_\_. "O império dos hormônios e a constituição da diferença entre os sexos". *História, ciências, saúde* – Manguinhos, 2008, pp. 133-152.
- \_\_\_\_\_. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, Coleção Antropologia e Saúde, 2001.
- \_\_\_\_\_. "A construção da diferença sexual na medicina". *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, v.19, S2, 2003, pp.201-212.
- ROSE, Nikolas. *The politics of life itself: biomedicine, power, subjectivity in the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina C. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida*. Rio Grande. FURG, 2011.
- SINDING, Christina. "Le sexe des hormones: l'ambivalence fondatrice des hormones sexuelles". *Cahiers du Genre*, n. 34, 2003, pp.39-81.
- VIDAL, Catherine ; BENOIT-BROWAEYS, Dorothé. *Cerveau, sexe et pouvoir*. Paris : Ed. Bellin, 2005.
- VIDAL, Fernando. "Sujet cérébral". In: ANDRIEU, Bernard (org.). *Dictionnaire du corps*. Paris: Eds. Du CNRS, 2005.
- WIJNGAARD, Marianne. *Reinventing the sexes: the biomedical construction of femininity and masculinity*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1997.